

Em movimento: relato de experiência coletiva de resistência à violência no Ceará

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro

*Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Professora Associada do curso de Psicologia – UFC
a3pinheiro@gmail.com*

Benjamim Diego Lucas y Sousa

*Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Coordenador de pesquisas do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência
benjamimlucas@gmail.com*

Daniele Jesus Negreiros

*Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Psicóloga e Assessora Técnica do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência
danielejn@gmail.com*

João Paulo Pereira Barros

*Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Professor Adjunto do curso de Psicologia – UFC
joaopaulobarros07@gmail.com*

Luciana Martins Quixadá

*Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Professora Adjunta do curso de Psicologia – UECE
lucianaquixada@gmail.com*

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

*Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Professora Titular do curso de Psicologia – UFC
verianac@gmail.com*

Resumo

Este artigo se propõe a socializar a história do Movimento Cada Vida Importa: A Universidade na Prevenção e no Enfrentamento da Violência no Ceará (MCVI) em seu primeiro ano de atividades. Inicialmente, abordam-se as condições de surgimento e os princípios básicos do MCVI. Em seguida, contextualiza-se o cenário de violência no Estado do Ceará em 2018, com

Conhecer: debate entre o público e o privado

2019, Vol. 09, nº 22

ISSN 2238-0426

DOI 10.32335/2238-0426.2019.9.22.1022

Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)

Data de submissão 08 fev 19

Data de publicação 22 abr 19

dados críticos e interrogações sobre suas novas manifestações – como o aumento vertiginoso de homicídios de meninas. A ausculta de contextos e a escuta de diversificados atores sociais vêm sendo consideradas constantemente nas ações desse coletivo e são expostas a partir de dimensões axiais: a) sensibilização; b) mobilização; c) formação; d) articulação; e e) incidência. Ao final, este estudo apresenta alguns desafios postos para o MCVI em 2019, considerando as mudanças do cenário político e a crise da segurança pública do estado no mês de janeiro. Constatou-se que o MCVI reconhece a necessidade de obter maior capilaridade nas instituições de Ensino Superior (IES), tanto em termos de sua ampliação para um número maior de unidades de ensino e campos do saber quanto da inclusão de outros atores sociais das IES – como os servidores técnico-administrativos e os trabalhadores de apoio. É o MCVI em movimento.

Palavras-chave violência; adolescentes; jovens; homicídios; mobilização.

On the move: report of a collective experience of resistance to violence in Ceará

Abstract

This article proposes to share the history of the Movement Every Life Matters: The University in Preventing and Coping with Violence in Ceará (Movimento Cada Vida Importa: A Universidade na Prevenção e no Enfrentamento da Violência no Ceará – MCVI) in its first year of activities. Initially, the emergence conditions and the primary principles of the MCVI are addressed. Next, the scenario of violence in the State of Ceará is contextualized in 2018, with critical data and questions about its new manifestations – such as the vertiginous increase in the number of girl homicides. The auscultation of contexts and the listening to various social players have been constantly considered in the actions of this group and they are exposed through axial dimensions: a) awareness-raising; b) mobilization; c) education; d) articulation; and e) incidence. In the end, this study presents some challenges for the MCVI in 2019, by considering the political scenario changes and the state's public security crisis in January. It is noticed that the MCVI recognizes the need to obtain greater capillarity in Higher Education institutions (HEIs), both in terms of its expansion to a greater number of teaching units and fields of knowledge and the inclusion of other social players from HEIs – like technical-administrative civil servants and support workers. This is the MCVI on the move.

Key words violence; teenagers; youngsters; homicides; mobilization.

En movimiento: informe de una experiencia colectiva de resistencia a la violencia en Ceará

Resumen

Este artículo se propone socializar la historia del Movimiento Cada Vida Importa: La Universidad en la Prevención y en el Enfrentamiento de la Violencia en Ceará (Movimento Cada Vida Importa: A Universidade na Prevenção e no Enfrentamento da Violência no Ceará – MCVI) en su primer año de actividades. Inicialmente, se abordan las condiciones de surgimiento y los principios básicos del MCVI. En seguida, se contextualiza el escenario de violencia en el Estado de Ceará en 2018, con datos críticos e interrogaciones sobre sus nuevas manifestaciones – como el aumento vertiginoso de homicidios de niñas. La auscultación de contextos y la escucha de diversificados actores sociales vienen siendo consideradas constantemente en las acciones de este colectivo y se exponen a partir de dimensiones axiales: a) sensibilización; b) movilización; c) formación; d) articulación; y e) incidencia. Al final, este estudio presenta algunos desafíos planteados para el MCVI en 2019, considerando los cambios del escenario político y la crisis de la seguridad pública del estado en el mes de enero. Se constata que el MCVI reconoce la necesidad de obtener mayor capilaridad en las instituciones de Enseñanza Superior (IES), tanto en términos de su ampliación a un número mayor de unidades de enseñanza y de campos del saber como de la inclusión de otros actores sociales de las IES – como los servidores técnico-administrativos y los trabajadores de apoyo. Esto es el MCVI en movimiento.

Palabras clave violencia; adolescentes; jóvenes; homicidios; movilización.

Introdução

O Movimento Cada Vida Importa: A Universidade na Prevenção e no Enfrentamento da Violência no Ceará (MCVI) iniciou suas atividades em fevereiro de 2018¹. Surgiu no já então cenário de aprofundamento da violência letal nesse estado, em meio a elevado número de chacinas e à classificação do Ceará e de sua capital, Fortaleza, em primeiro lugar em assassinatos de adolescentes nos *rankings* de estados e capitais do país, respectivamente (Cerqueira et al., 2017; Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência [CCPHA], 2018a; Melo & Cano, 2017). Omissões em termos de políticas públicas voltadas à prevenção desses graves processos, respostas do poder público restritas a ações de punição e repressão, aliadas à indignação de muitos de nós, levaram-nos a um movimento de articulação de integrantes de instituições de Ensino Superior (IES) para intensificar ações já existentes e concretizar outras mais voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência no Ceará.

¹ Para aprofundamento sobre o MCVI, sugere-se a leitura de Negreiros, Quixadá e Barros (2018).

Ao longo do último ano, docentes, estudantes (em maior número) e servidores técnico-administrativos de pelo menos 14 IES, de diversos campos do saber, em parceria com o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) e com instituições da sociedade civil (como fóruns, redes, institutos e associações), articularam-se para incidir e contribuir interna e externamente com a prevenção e o enfrentamento das mais diversificadas manifestações de violência, que incluem, dentre tantas ameaças e violações de direitos individuais e coletivos: violência física; violência psicológica; violência política; violência institucional; e violência letal.

Como um coletivo, portanto em processo, o MCVI se volta constantemente a 5 dimensões axiais: a) sensibilização; b) mobilização; c) formação; d) articulação; e e) incidência. A mobilização do grupo foi despertada pela inquietação diante da naturalização da morte que esse cenário de índices alarmantes de violência letal vinha anunciando. Não era possível ficarmos indiferentes. As vidas perdidas, representadas por corpos que eram contabilizados e pareciam descartáveis, mostravam-se seletivas em termos etários, de gênero, de raça e de território e envolviam histórias de famílias enlutadas e desesperadas. Assim, requeriam ser visibilizadas e qualificadas como humanas, consideradas em sua importância não apenas para pessoas próximas, mas para a sociedade. Desse modo, diante de tal contexto, o grupo teria o compromisso de expandir a sensibilização e mobilizar a articulação entre a universidade e os movimentos sociais para o enfrentamento das formas de violência. Tem sido assim o percurso do MCVI, que também se nutre de seminários, grupos de estudos e outros espaços de reflexão e formação. A incidência direta vem ocorrendo, fundamentalmente, via coletivos já existentes ou que passaram a existir no meio universitário, quais sejam: programas e projetos de extensão e de pesquisa; núcleos; laboratórios; observatórios; e grupos de estudos. Temos adotado constante esforço e atenção para que as ações se deem, cada vez mais, nos espaços sociais de comunidades que solicitem.

O MCVI tem alguns princípios básicos que vêm norteando suas reflexões e ações e que têm se mantido entre nós, mesmo que estejamos em constante movimento, pois tem se caracterizado como um “movimento em movimento”, em função das demandas que conseguimos detectar por meio da escuta e da ausculta dos diferentes contextos em que as manifestações de violência ocorrem. É importante deixar claro que o MCVI vem se voltando, preferencialmente, a ações e reflexões que fortaleçam a prevenção das diversas manifestações de violência, particularmente aquelas que incidem em crianças, adolescentes e jovens.

A ausculta e escuta constantes têm apontado evidências da disputa de narrativas em circulação na vida social do Ceará. Como primeira disputa se observam as concepções da relação entre universidade e sociedade, fortalecendo a narrativa de que ações do meio acadêmico podem e vêm se dando fora de seus muros. Estamos tentando trincá-los, ou até

derrubá-los, por meio de dialogia com instâncias da sociedade civil: coletivos, comunidades – em especial aquelas que se encontram em situação mais crítica em termos de violências cotidianas e de demandas a ser atendidas pelo meio universitário, tendo em vista sua irrecusável função social. Igualmente, temos disputado a narrativa para contribuir com a formação interna e externa do MCVI. Por formação interna entendemos a nossa dialogia, a construção coletiva de planejamentos e decisões, das parcerias que temos efetivado entre instâncias de extensão, ensino, pesquisa e ação política, que resultam em fortalecimentos de nossos núcleos, laboratórios, observatórios e grupos, em recantos dos diversos cursos, centros, faculdades e institutos das IES.

As parcerias com instâncias externas ao meio universitário também vêm contribuindo para a narrativa por nós construída no MCVI de que os saberes são produzidos não apenas nas IES, mas em distintos espaços sociais, bem como na articulação entre eles. Dito de outra forma, reconhecemos que somos sujeitos epistêmicos a construir observações, reflexões e saberes que nos ajudam a concretizar ações que contribuam para o bem viver coletivo e para dignidade de todos. Seguimos na direção que aponta Boaventura de Sousa Santos (2009, pp. 19-20) sobre “o perfil de uma nova ordem científica emergente”,

[...] à medida que se der esta síntese [da ciência emergente], a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar [senso comum] tenderá a desaparecer e a prática será o fazer e o dizer da filosofia da prática.

A narrativa provavelmente mais central e peculiar, uma vez que evidencia nossos princípios mais básicos, é a que está sintetizada na própria denominação do movimento: *Cada Vida Importa*. Intentamos contribuir para a desconstrução de ideias, em circulação no pensamento social, de que algumas vidas importam mais do que outras. Igualmente, estamos na disputa de narrativa de que há uma dimensão de responsabilidade das IES quanto a contribuir nesse sentido, qual seja, de que *cada vida importa*. Cabe registrar um pensamento síntese, apresentado por um professor de Biologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), com o qual concretizamos ações de formação:

Toda vida importa, inclusive a vida daqueles que não se importam com as outras vidas.

Outro eixo fundamental do MCVI, a contribuição com sensibilização e formação externa, em termos de prevenção de manifestações de violência, vem se concretizando em várias de nossas ações, muitas das quais em parceria com instituições da sociedade

civil e seu detalhamento será apresentado adiante. Antes, é importante contextualizar a problemática da violência no Ceará e em Fortaleza, que tem vitimado, notadamente, adolescentes e jovens de bairros periféricos e, em sua grande maioria, negros.

Cenário de violência letal no Ceará

O cenário crítico de violência no Brasil se destaca, dentre outros aspectos, pelo alto número de homicídios nos últimos anos. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018* (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2018), o país registrou 63.880 homicídios em 2017, o que equivale a uma taxa de 30,8 vítimas por 100 mil habitantes. O *Atlas da Violência 2018* (Cerqueira et al., 2018) indica que o homicídio tem sido a principal causa da mortalidade sobretudo entre jovens do sexo masculino na faixa etária de 15 a 19 anos – representando 56,5% das mortes dessa população.

Em 2017, o Ceará chegou à preocupante taxa de 59,1 homicídios por 100 mil habitantes (FBSP, 2018), totalizando 5.332 mortes violentas – o maior número registrado na história do estado. No mesmo estudo, sua capital, Fortaleza, chega a 77,3 homicídios por 100 mil habitantes, ocupando a segunda posição entre as maiores taxas de homicídios no Brasil.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará, até 26 de dezembro de 2018, o estado registrou 4.460 crimes violentos letais intencionais (CVLIs)², o que tornou esse ano o segundo mais violento. Diante de números tão impactantes, é preciso compreender que a alta desse tipo de mortalidade violenta não ocorreu abruptamente. No período de 2005 a 2015, Cerqueira et al. (2017) apontam que houve aumento das mortes nas regiões Norte e Nordeste, ao passo que nas regiões Sudeste e Sul houve queda das taxas de homicídios. Nesse mesmo período, o Ceará passou da 17^a (taxa de 21 casos por 100 mil habitantes) para a 3^a colocação (taxa de 46,7 casos por 100 mil habitantes) entre os estados com maiores taxas de homicídios no país. Ademais, entre os 30 municípios brasileiros mais violentos em 2015, 3 se localizam no Ceará: Maracanaú (6^o lugar); Fortaleza (13^o lugar); e Caucaia (27^o lugar) (Cerqueira et al., 2017). Esse mesmo ranking registra apenas outra capital: São Luís-MA (23^o lugar). Em termos de homicídios com arma de fogo nas capitais brasileiras, Fortaleza passou do 19^o lugar em 2004 para o 1^o lugar em 2014, atingindo uma taxa de 81,5 homicídios com arma de fogo por 100 mil habitantes (Waiselfisz, 2015b).

O *Mapa da Violência 2014* já destacava que, no Brasil, os homicídios de jovens (indivíduos de 15 a 29 anos) corresponderam a 53,4% de todos os casos registrados em 2012, sendo que a população jovem corresponde a 26,9% do total de habitantes do país (Waiselfisz, 2014). Por sua vez, o *Mapa da Violência 2015* traz um estudo focado na

² Essa é a tipificação penal utilizada pela SSPDS, que engloba homicídios, latrocínios, lesão corporal seguida de morte e feminicídio.

mortalidade violenta entre adolescentes de 16 e 17 anos e constata que, no período de 1980 a 2013, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes nessa faixa etária cresceu 496,4% – configurando-se como uma das principais responsáveis pelo aumento das médias desse tipo de mortalidade na população geral (Waiselfisz, 2015a). Ainda segundo Waiselfisz (2015a), em 2013, Fortaleza detinha a maior taxa de homicídios: 267,7 por 100 mil adolescentes de 16 e 17 anos.

Para ratificar a crítica situação dos homicídios na faixa etária de 12 a 18 anos, convém mencionar o *Índice de Homicídios na Adolescência* (IHA) (Melo & Cano, 2017), que estuda a mortalidade por homicídios recortando, especificamente, a faixa etária da adolescência (12 a 18 anos) em relação à taxa por mil adolescentes em cidades com mais de 100 mil habitantes. No último levantamento realizado, referente ao ano de 2014, o Ceará foi o estado que apresentou o maior IHA: 8,71 por mil adolescentes. Entre as capitais, Fortaleza também figurou na primeira posição do *ranking*, somando 10,94 homicídios por mil adolescentes. Na edição anterior do IHA, compreendendo os números de 2012, Fortaleza já ocupava a primeira posição como a capital com maior IHA: 9,92 (Melo & Cano, 2014).

Nesse cenário de agravamento da violência letal no estado, chama atenção o aumento de episódios de chacinas e microchacinas. A título de ilustração, nos primeiros 7 meses de 2018 foram registradas 7 chacinas no Ceará (O Portal de Notícias da Globo [G1], 2018). Apenas em janeiro ocorreram 3 eventos, sendo um deles a maior chacina registrada no estado, na qual 14 pessoas foram mortas após a invasão de um grupo de pessoas armadas em um show de forró, em Cajazeiras, um bairro de Fortaleza (Cavalcante, 2018).

Até a Chacina das Cajazeiras, o caso mais emblemático desse lamentável *ranking* foi a Chacina do Curió, na qual 11 pessoas foram assassinadas por policiais em novembro de 2015 (O Povo Online, 2016). Outra situação recorrente são duplos ou triplos assassinatos, frequentes no estado. Em sua coluna jornalística sobre segurança pública, Ricardo Moura (2017) já apontava o agravamento desses eventos, que ele denominou *microchacinas*. Segundo o autor, nos primeiros 5 meses daquele ano ocorreram 30 episódios em que 2 ou mais pessoas foram assassinadas no Ceará.

Segundo o CCPHA (2018b), durante os 7 primeiros meses de 2018 houve grande aumento no número de CVLIs contra vítimas do sexo feminino no Ceará, situação que se torna mais grave ao considerar a faixa etária de 10 a 19 anos. Somente em Fortaleza houve aumento de 412,5% nos assassinatos contra meninas.

Esse é um cenário diferente das tendências estudadas sobre esses eventos, pois, historicamente, o percentual de vítimas de homicídio do sexo feminino, em todos os estados do país, não ultrapassa 10% do total de pessoas mortas. No *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018* (FBSP, 2018), correspondente ao ano de 2017, o Ceará é o terceiro estado em taxa de assassinato de mulheres, que representa 7,6% do total de mortes no estado. Em levantamento feito pelo CCPHA, considerando o quantitativo de mortes violentas cujas

vítimas tinham entre 10 e 19 anos, no Ceará quase 15% são meninas e 20% dos adolescentes assassinados em Fortaleza são do sexo feminino.

Ao destacar a recorrência de episódios de tamanha violência, em um cenário já bastante agravado de mortes, interessa-nos problematizar o processo de naturalização social das mortes de segmentos infantojuvenis que habitam as margens urbanas. Tal naturalização parece estar ligada à aceitabilidade de que existem segmentos populacionais que podem ser mortos, notadamente jovens, negros e moradores de regiões mais empobrecidas, fazendo com que pareça ser preciso haver tragédias com números cada vez mais vultosos para que ocorra alguma repercussão social.

“Movimento em movimento”: disputas de narrativa, convivência e aprendizado mútuo

Este tópico narra as experiências e ações realizadas pelo MCVI, que podem ser divididas nos seguintes eixos: a) sensibilização e formação; e b) comunicação e ações políticas.

Tal divisão tem apenas um objetivo didático, para melhor exposição das atividades. Entretanto, tem a característica de transversalidade em suas práticas, ou seja, são dimensões que se entrecruzam, já que estão implicadas e retroalimentam-se, na medida em que se favorece a comunicação e sensibilização para o problema da violência letal contra adolescentes e jovens e também se promove a formação para os integrantes do MCVI e para aqueles que participam de suas atividades que, na prática, tornam-se ações políticas.

Sensibilização e formação

Ao longo de seu primeiro ano, o MCVI realizou diversas atividades para sensibilizar e mobilizar a população cearense quanto à prevenção e ao enfrentamento da violência no estado, sendo esse o objetivo do movimento desde o início. Nesse sentido, realizamos seminários em diversas universidades públicas e privadas, como UFC, Universidade de Fortaleza (Unifor), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Centro Universitário Christus (UniChristus), Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) e Faculdades Nordeste (Fanor). Tais seminários tiveram o intuito de promover informação e produção de saberes e práticas, a partir da troca de experiências entre pessoas que já pesquisam e atuam nas áreas de Ciências Sociais, Psicologia, Direito e Segurança Pública e a sociedade como um todo. Os temas debatidos nesses eventos abordavam a universidade e suas ações na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará; os

impactos das desigualdades sociais e das violações de direitos na produção da violência urbana; os desafios para superação da violência: insegurança, extermínio da juventude negra e direito à cidade; e as políticas públicas e o orçamento em debate para prevenção de homicídios na adolescência.

Houve, no entanto, uma reviravolta na dinâmica do MCVI quando, no segundo semestre de 2018, além de permanecermos voltados ao planejamento e à execução de ações de sensibilização e formação, também passamos a ser convidados por instituições que buscavam orientações e suporte para enfrentar, em seus contextos de ação, situações de violência. Percebemos que havia um sentimento de urgência para que as demandas diante dessa realidade fossem ouvidas. Uma necessidade premente de compartilhar os entraves no funcionamento dessas instituições como decorrência da violência frequentemente vivenciada e geradora de adoecimento dos trabalhadores desses serviços. Essa necessidade de escuta vinha, no entanto, acompanhada de certo silenciamento, de uma interdição de algumas falas, uma vez que elas poderiam denunciar ocorrências que deveriam permanecer invisibilizadas, pois sustentavam a realidade de violência em algumas localidades.

Como incidência nossa, no mundo universitário, demos início, no segundo semestre de 2018, ao trabalho de formação junto a estudantes do Curso de Biologia da UFC, que são bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PBID), com atividades desenvolvidas junto a escolas de rede oficial de ensino. Nós, na condição de integrantes do MCVI, dividimo-nos nas atividades planejadas e abordamos, em rodas de diálogo: as diversas formas de violência; as violências no Estado do Ceará, com enfoque mais aprofundado sobre os elevados índices de homicídios de adolescentes e jovens; as formas de prevenção e enfrentamento das violências; as práticas de cuidado e de autocuidado. Está prevista a continuidade dessa incidência pelo MCVI junto a estudantes bolsistas do PIBID/UFC em diversos outros cursos de graduação.

As demandas de escuta e de cuidado foram se intensificando e uma das ações do MCVI foi a mobilização de psicólogos e psicólogas de Fortaleza, que, sensibilizados com o problema, principalmente com o sofrimento das famílias que perderam filhos ou parentes jovens nessas chacinas ou em outras ocorrências, disponibilizaram atendimento semanal gratuito para esses casos. Essa ação é coordenada pela Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPE-CE), por meio do Programa Rede Acolhe.

O Programa Rede Acolhe também buscou alguns grupos que desenvolvem ações de extensão ou de estágio, no Curso de Psicologia da UFC, o que resultou na articulação de quatro equipes, vinculadas a núcleos, laboratórios e programas de extensão, especificamente o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC), o Laboratório de Análise do Comportamento do Ceará (LACCE) e o Projeto de Extensão Pasárgada. Essa articulação do MCVI junto com o Programa Rede Acolhe e o

Curso de Psicologia da UFC possibilitou a realização de intervenções em escolas públicas no bairro Bom Jardim, escolhidas coletivamente pelo Fórum das Escolas do Bom Jardim, que apresentou, ainda, as demandas da comunidade escolar em relação ao tipo de ações a realizar. Em uma das reuniões desse fórum, com participação das equipes da UFC, foram caracterizadas e denominadas três modalidades de intervenções: a) “Bom de Papo”, discussões abertas em forma de roda de conversa ou de oficinas com alunos das escolas, sobre temas ligados a *direitos humanos, violência urbana, trajetória de vida* e outros; b) “Escuta Sensível”, espaço de escuta mais individualizada em casos de necessidade de atendimento psicológico, realizado por estagiários em Psicologia; e c) “Me Junto”, com ações mais amplas de mobilização política por meio de atividades artísticas, culturais ou manifestações da comunidade.

Estivemos presentes, ainda, no VII Encontro de Psicólogos da Rede Sesa, a partir de convite de seus organizadores para que pudéssemos aprofundar, junto com profissionais de psicologia da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (Sesa), a temática da violência e suas diversificadas manifestações. Psicólogos desenvolvem suas atividades nas mais diversas instituições da Rede Sesa: hospitais gerais e de saúde mental; Programa Saúde da Família; e supervisão de residências multiprofissionais, para citar alguns. O debate se deu, particularmente, em torno dos inaceitáveis índices de homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza e no Ceará; do aumento de número de homicídios de meninas nos últimos dois anos; e de como vem se constituindo o MCVI. Foram trocas de informações e experiências que podem resultar em mais instâncias de diálogo e fortalecimento mútuo de reflexões e ações.

A convite da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), nós do MCVI colaboramos com a formação continuada dos profissionais residentes em saúde e agentes comunitários de saúde. Especialmente em relação à segunda categoria de profissionais, percebemos a necessidade de uma escuta terapêutica, que pareceu mais urgente do que a busca por estratégias de prevenção/sensibilização. Durante esse processo, alguns integrantes do MCVI participaram de reuniões com a equipe de profissionais responsáveis por essa formação e de encontros com agentes comunitários de saúde nos municípios de Fortaleza, Guaramiranga e Itaitinga.

Em outra frente, enquanto MCVI, participamos de diversas atividades conjuntamente com professores e estudantes do UNI7. Destacamos, aqui, o diálogo com professores de Psicologia e Direito, contribuindo com as atividades tanto em sala de aula como em grupos de estudo de ambas as áreas. Além disso, a Brado – Agência Experimental de Publicidade, composta por estudantes de Comunicação Social, elaborou voluntariamente a identidade visual do MCVI.

A diversidade de interações apresentadas reforça a abertura do MCVI para dialogar com diferentes áreas em uma perspectiva de constante troca de experiências e saberes que

possam colaborar com a prevenção e o enfrentamento de situações de violência no Estado do Ceará.

Comunicação e ações políticas

Desde o início das atividades do MCVI, temos dialogado, proximamente, com o Setor de Jornalismo da Rádio FM Universitária, da UFC. O contato vem se fazendo mais amiúde com os responsáveis pelo Programa Rádio Debate, que vai ao ar em dias úteis. Assim, temos divulgado eventos, socializado reflexões que possam contribuir com a prevenção e o enfrentamento da violência no Ceará, e nos feito presentes em edições do Programa Rádio Debate, com enfoque em temáticas diretamente relacionadas aos eixos de ação do MCVI. A partir de agosto de 2018, firmamos parceria com a produção do Programa Rádio Debate para pautar pelo menos dois programas a cada mês, aos quais vêm comparecendo tanto membros do MCVI como outros integrantes do ambiente universitário e de movimentos sociais. Tem sido uma rica experiência: além do debate durante o programa, ouvintes também participam, com observações, críticas e questionamentos sobre as diversas dimensões dos processos de violência. A parceria entre o MCVI e a Rádio FM Universitária foi ainda mais intensa durante o mês de dezembro, uma vez que se enfocaram inúmeros aspectos relacionados a direitos humanos, tendo em vista a celebração dos 70 anos de aprovação, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A parceria em análise guarda, ainda, caráter formativo interno ao MCVI, uma vez que estudantes e jovens profissionais têm comparecido como debatedores aos programas, socializando como vem sendo suas experiências em ações do movimento.

Ainda no esforço de sensibilizar a população de que Fortaleza, apesar de ser uma cidade muito procurada por turistas, também é lugar de luta pela vida, realizamos na Praia de Iracema, no período das férias escolares, o evento “A luta pela vida não tira férias” – que contou com o apoio de diversos movimentos sociais e do CCPHA, obtendo repercussão na mídia local. Vale ressaltar, diante disso, que, por meio de parceria com a agência Brado e do apoio de alguns veículos de comunicação, o MCVI desenvolveu um curta-metragem para divulgar os aspectos de um dos caminhos que estruturam a cadeia de situações de violência.

Além disso, o MCVI aderiu a pautas populares ao apoiar e participar de eventos como: a) a 6ª Marcha da Periferia, ação organizada por vários coletivos de Fortaleza, cujo tema dessa edição destacou as narrativas de famílias que perderam filhos de forma violenta e reivindicou ações de políticas públicas que resultem na redução de homicídios na capital e no Ceará; b) a 1ª Semana de Prevenção aos Homicídios de Jovens, iniciativa animada pelo CCPHA e regulamentada pela Lei Estadual n. 16.482 (2017), que mobilizou

diferentes agentes públicos e a sociedade civil para debate sobre estratégias de prevenção de homicídios no Estado do Ceará; e c) o evento “Infância Prioridade Absoluta”, organizado pelo Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), que manifestou a indignação pelo desrespeito à prioridade absoluta de crianças e adolescentes, tendo em vista a inexistência ou a baixa execução orçamentária para ações relacionadas aos respectivos sujeitos sociais.

Assim, como já afirmamos, em 2018, o MCVI se caracterizou como “um movimento em movimento” – isso porque reorganizamos nossos primeiros objetivos, articulando-os à realidade social, e seguimos fortalecidos como uma ampla construção coletiva, ampliando nosso escopo de intervenção com o passar do tempo.

Desafios futuros

Mesmo diante desse contexto de redução de homicídios no ano de 2018, ainda que apresentando aumento do feminicídio entre as jovens, é importante ressaltar que a esperança não se renovou com o ano novo e, a partir de 2 de janeiro de 2019, iniciou-se uma onda de ataques – que já somavam mais de 200 ações criminosas em 48 cidades cearenses e ainda não tinham findado durante a escrita deste artigo, até 21 de janeiro de 2019. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Ceará afirmou que foram detidas mais de 400 pessoas em virtude de participação em atentados. Esses dados são veiculados diariamente em jornais de circulação no estado. Em meio a esse cenário, cabe-nos perguntar de que forma o sistema judiciário, abarrotado de processos, dará conta dessa demanda criada em poucos dias? As demandas de presos provisórios se ampliarão e como as tensões nas penitenciárias repercutirão nos territórios nos próximos meses?

Os ataques demonstraram a força e o poder dos grupos criminosos, que incendiaram diversos prédios públicos e privados, ônibus, caminhões de coleta de lixo, viadutos, postes de energia, agências bancárias, equipamentos de segurança etc. O estopim veio da declaração pouco cuidadosa do Secretário de Administração Penitenciária (SAP), pasta recém-criada, que disse não reconhecer facções criminosas no estado e, portanto, que não havia razões para divisão de presos por grupos rivais nas penitenciárias. No entanto, há pelo menos três anos, as facções criminosas têm mostrado, de forma mais contundente, grande poder de arregimentação e mobilização em prisões, centros socioeducativos e bairros, especialmente no município de Fortaleza, para execução dos mais diversos tipos de ações criminosas, penalizando as classes trabalhadoras com a expulsão de suas residências e cerceando o direito de ir e vir e o acesso a serviços públicos.

Durante esse período de ataques, no entanto, especula-se que houve, em algumas comunidades, certa estabilização de conflitos entre grupos rivais, com redução de homicídios em janeiro em comparação com o mesmo período de 2018 (Castro, 2019) e

livre circulação de pessoas em territórios antes proibidos. O medo passou a operar de diversas formas na cidade, extrapolando os muros dos bairros periféricos, ainda que estes continuem a ser os mais atingidos.

Assim, a dinâmica de redução de homicídios não pareceu diminuir o poder bélico dos grupos criminosos no Ceará e as possíveis soluções para esse problema complexo parecem estar longe de ser alcançadas. Quais ações de prevenção estão sendo implantadas em larga escala? Novamente, o foco da segurança pública parece ser a convocação da Polícia Militar, mantendo a perspectiva de reação.

Diante disso, é preciso vencer o silenciamento de alguns debates, que invisibiliza muitos dos mecanismos da violência nos bairros e, enquanto movimento social, capilarizar as discussões sobre a prevenção da violência e o enfrentamento de suas causas estruturais nos mais diversos ambientes acadêmicos e não acadêmicos, reforçando e ampliando as ações realizadas durante o ano de 2018.

Considerações finais

Apresentamos neste artigo o MCVI, coletivo organizado e plural, com representantes de universidades e da sociedade civil, que surgiu com o sentimento de indignação e de compromisso de pesquisadores e professores em não ficar indiferentes diante de uma realidade bastante sombria de violência urbana, que vem eliminando muitas vidas e que tem atingido, particularmente, jovens negros das regiões empobrecidas da capital do Estado do Ceará, que se situam, não por acaso, em bairros periféricos da cidade. Essa mobilização repercutiu na adesão de significativo número de instituições universitárias, levando seus representantes a se engajar nas ações do movimento e torná-lo amplo e consistente, além de possibilitar maior articulação com os movimentos sociais e comunitários.

Ao expor nossas ações, esperamos dar visibilidade a caminhos possíveis para a prevenção e o enfrentamento da violência, que não são suficientes para a solução do problema, dada sua complexidade e a necessidade de envolvimento de setores do poder público e da sociedade civil em ações coordenadas e integradas, que tenham o propósito de contribuir para a garantia de segurança, de condições de mobilidade e de, forma mais ampla, de direitos fundamentais à população geral.

Assim nos posicionamos porque entendemos que o combate à violência não se faz com mais violência e com políticas exclusivas de repressão. Esse caminho nos leva a um cotidiano de guerra, de medo e de paralisação das pessoas, que passam a exigir soluções sem se comprometer com o problema. Nossa luta busca sensibilizar a sociedade e o poder público para encontrar estratégias que não se esgotem em conter situações emergentes, que, por sua vez, não atingem as origens do problema, mas junto com estas, que também

são necessárias, comprometem-se com políticas públicas e sociais que favoreçam a garantia de direitos, entendendo que segurança pública e combate à violência só podem se efetivar se associadas a tais garantias.

Desse modo, entendemos que nossos desafios são imensos e dependem desse engajamento para ser superados. Contudo, a força, a coragem e o compromisso social nos alimentam para não perdermos a esperança de viver dias melhores e compartilharmos vitórias nessa caminhada.

Referências bibliográficas

Castro, B. (2019, 19 de janeiro). *Homicídios no Ceará caem pela metade em plena crise de segurança*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/17/politica/1547732693_443586.html

Cavalcante, I. (2018, 28 de janeiro). *Com 14 mortos, Cajazeiras registra a maior chacina do Ceará*. Recuperado de <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2018/01/com-14-mortos-cajazeiras-registra-a-maior-chacina-do-ceara.html>

Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. S. (2017, junho). *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>

Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D. ... Merian, F. (2018, junho). *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. (2018a). *Cada Vida Importa: Relatório do Primeiro Semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência*. Fortaleza, CE: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. (2018b). Movimento Cada Vida Importa mobiliza comunidade acadêmica contra homicídios de jovens. In Autor, *Cada Vida Importa: Relatório do Primeiro Semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência* (pp. 36-41). Fortaleza, CE: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*. São Paulo, SP: Autor.

Lei Estadual n. 16.482, de 19 de dezembro de 2017. (2017). Institui a Semana Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens no âmbito do estado. Fortaleza, CE.

Melo, D. L. B., & Cano, I. (Orgs.). (2014). *Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2012*. Rio de Janeiro, RJ: Observatório de Favelas.

Melo, D. L. B., & Cano, I. (Orgs.). (2017). *Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2012*. Rio de Janeiro, RJ: Observatório de Favelas.

Moura, R. (2017, 29 de maio). *Microchacinas cotidianas*. Recuperado de <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/segurancapublica/2017/05/microchacinas-cotidianas.html>

Negreiros, D. J., Quixadá, L. M., & Barros, J. P. P. (2018). Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará. *Universidade e Sociedade*, 28(62), 74-87.

O Portal de Notícias da Globo (2018, 17 de julho). *Sete chacinas no Ceará deixaram 48 mortos em 2018; relembre casos*. Recuperado de <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ceara-tem-48-mortes-em-sete-chacinas-em-2018.ghtml>

O Povo Online. (2016, 2 de setembro). *Chacina da Messejana: PMs fizeram cerco para matar, diz investigação*. Recuperado de <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/09/02/noticiasjornalcotidiano,3655732/chacina-da-messejana-pms-fizeram-cerco-para-matar-diz-investigacao.shtml>

Santos, B. S. (2009). *Um discurso sobre as ciências* (6a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil*. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República.

Waiselfisz, J. J. (2015a, junho). *Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil* (Versão Preliminar). Rio de Janeiro, RJ: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

Waiselfisz, J. J. (2015b, agosto). *Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

PINHEIRO, Â. de A. A.; SOUSA, B. D. L.; NEGREIROS, D. J.; BARROS, J. P. P.; QUIXADÁ, L. M.; COLAÇO, V. de F. R. Em movimento: relato de experiência coletiva de resistência à violência no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, n. 22, p. 45-59, 2019.

Norma B – APA

Pinheiro, Â. de A. A., Sousa, B. D. L., Negreiros, D. J., Barros, J. P. P., Quixadá, L. M. & Colaço, V. de F. R. (2019). Em movimento: relato de experiência coletiva de resistência à violência no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 2019(22), 45-59.

Norma C – Vancouver

Pinheiro, AAA, Sousa, BDL, Negreiros, DJ, Barros, JPP, Quixadá, LM, Colaço, VFR. Em movimento: relato de experiência coletiva de resistência à violência no Ceará. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2019 [cited Apr 22, 2019];(22):45-59. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1022>